



Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro



Boletim Estatístico da Dívida Pública nº18

Praia,
janeiro de 2022

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial

Edição

Direção Geral do Tesouro

Soeli Santos – Diretora Geral do Tesouro

Coordenação

Ministério das Finanças e do Fomento empresarial / Direção Geral do Tesouro / Serviço de Operações Financeiras

Olavo Correia - Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças

Hernâni Trigueiros - Diretor-Geral do Tesouro

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Redação

Serviço de Operações Financeiras

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Marco Inocêncio - Técnico do Serviço de Operações Financeiras

Maria de Fátima Lopes - Técnica do Serviço de Operações Financeiras

Emanuel Moreira – Técnico Especialista

João Apolónio Furtado - Técnico Sénior

Alberto Neves Silva – Técnico do Serviço de Operações Financeiras

Periodicidade

Trimestral

Endereço

Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro

Av. Amílcar Cabral, CP: 102

Tel.: +238 260 74 31 / Fax.: +238 261 58 44

Email: dgt.caboverde@mf.gov.cv

Ilha de Santiago, República de Cabo Verde

I - ÍNDICE

II - ENQUADRAMENTO.....	4
III - SIGLAS	6
IV - QUADROS	8
1. DÍVIDA PÚBLICA TOTAL	9
2. DÍVIDA EXTERNA	9
2.1. Stock	9
2.1.2. Stock da Dívida Pública Externa	9
2.2. Fluxos.....	10
3. DÍVIDA INTERNA	13
3.1 Stock	13
3.2 Fluxos.....	13
GLOSSÁRIO	15

II - ENQUADRAMENTO

O Governo de Cabo Verde tem como meta importante da sua governação, garantir a credibilidade e a confiança junto dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, a nível nacional e internacional. A publicação, numa base trimestral dos dados da dívida pública, enquadra-se nesta política no que se refere à transparência de gestão do património físico e financeiro do Estado.

O Boletim Estatístico (BE) da Dívida Pública da República de Cabo Verde surge neste contexto, com o objetivo principal de fornecer/divulgar informações estatísticas sobre o stock e fluxos da dívida pública.

A elaboração do BE enquadra-se nas recomendações e exigências de qualidade estatística emanadas das melhores práticas internacionais de gestão da dívida, recomendadas pelas instituições e organismos internacionais (ex: BM, FMI e UNCTAD). O mesmo é elaborado através de uma base de dados consistente, completa e precisa e constitui uma base de tomada de decisão assertiva e atempada no que tange à política de endividamento e de políticas correlativas com o endividamento do país.

Trata-se de um importante instrumento de acompanhamento da gestão da dívida pública que se destina aos principais intervenientes responsáveis pela gestão das Finanças Públicas, assim como às instituições financeiras nacionais e internacionais, parceiros de desenvolvimento, instituições universitárias, investigadores/académicos, contribuintes e público em geral.

A abrangência do BE refere-se à dívida do Governo Central e a fonte das informações divulgadas é o Ministério das Finanças.

O critério de classificação da dívida externa e interna é a da residência do credor e os valores nos quadros apresentados estão expressos em milhões de Escudos Cabo-Verdianos.

III - SIGLAS

ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BAI	Banco Angolano de Investimento
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
BEI	Banco Europeu do Investimento
BIA	Banco Interatlântico
BT	Bilhetes do Tesouro
BCN	Banco Cabo-verdiano de Negócios
CCV	Correios de Cabo Verde
CAIXA	Caixa Económica de Cabo Verde
DNP	Direção Nacional do Planeamento
DNOCP	Direção Nacional de Orçamento e Contabilidade Pública
DGT	Direção Geral do Tesouro
FAD	Fundo Africano para o Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Garantia	Companhia de seguros (privada nacional)
IDA	Agência Internacional do Desenvolvimento
IFH	Instituto do Fomento da Habitação (Imobiliária)
IMPAR	Seguradora (nacional)
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MF	Ministério das Finanças
OGE	Orçamento Geral do Estado
OT	Obrigações do Tesouro
OTNS	Obrigações do Tesouro – Nova Série
PPIP	Programa Plurianual de Investimento Público
PROMOTORA	Sociedade de Capital de Risco (nacional)
TC	Tribunal de Contas

IV - QUADROS

IV.1 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL

IV.1.1 - Stock

IV.1.1.1 - Composição e Indicadores da Dívida Pública 3º Trimestre 2021 (em milhões CVE)

	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021
Saldo da Dívida Pública	237 422,3	252 755,5	271 920,4
<i>% do PIB</i>	120,0%	137,6%	153,7%
Dívida Externa	170 196,3	182 995,8	189 357,0
Dívida Interna	67 226,0	69 759,7	82 563,3
Total Desembolsos	19 957,7	20 221,0	21 611,6
<i>% do PIB</i>	10,1%	11,0%	12,2%
Dívida Externa	7 785,3	10 049,0	4 448,3
Dívida Interna (Emissão)	12 172,4	10 172,0	17 163,3
Total Serviço da Dívida	10 542,4	12 053,3	12 201,5
<i>% das Exportações</i>	6,9%	14,2%	13,3%
<i>% das Receitas do Estado</i>	27,9%	39,5%	41,8%
<i>% das Reservas Internacionais</i>	15,2%	17,3%	21,4%
Dívida Externa	4 933,3	4 783,6	3 588,0
Dívida Interna (incl. Dív. Flutuante)	5 609,1	7 269,7	8 613,5
Memória: PIB do ano	197 814,2	183 747,5	176 960,6
Exportações	71 601,9	33 786,9	27 019,3
Receitas do Estado	37 803,1	30 496,3	29 221,4
Reservas Internacionais	69 521,3	69 550,4	57 141,8

IV.2 - DÍVIDA EXTERNA

IV.2.1 - Stock

IV.2.1.1 - Stock da Dívida Pública Externa (em milhões CVE)

	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	% do total 2021
Credores Oficiais				
<i>Multilateral</i>	81 742,7	92 594,6	97 785,9	51,6%
<i>Bilateral</i>	38 933,9	40 881,5	41 681,6	22,0%
<i>Comerciais</i>	49 519,7	49 519,7	49 889,5	26,3%
TOTAL	170 196,3	182 995,8	189 357,0	100,0%

IV.2.2 - Fluxos

IV.2.2.1 - Desembolso da Dívida Externa por Instrumento (em milhões CVE)

	3º Trimestre 2019	% do total 2019	3º Trimestre 2020	% do total 2020	3º Trimestre 2021	% do total 2021
Governo Central						
<i>Curto prazo</i>						
Empréstimos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Longo prazo</i>						
Empréstimos	7 785,3	100,0%	10 049,0	100,0%	4 448,3	100,0%
TOTAL	7 785,3	100,0%	10 049,0	100,0%	4 448,3	100,0%

IV.2.2.2 - Desembolsos por Setor / Área Económica (em milhões CVE)

Setor/Área Económica	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	% do Total 2021
Agricultura	101,0	18,5	11,9	0,3%
Água e Saneamento	486,9	475,5	226,4	5,1%
Ajuda Orçamental	3 942,5	5 732,5	-	0,0%
Educação	99,7	178,3	302,2	6,8%
Energia	235,2	23,5	29,7	0,7%
Economia	1 637,0	1 074,5	1 729,9	38,9%
Tesouro	-	1 011,5	-	0,0%
Infraestruturas Aeroportuárias	320,7	-	45,2	1,0%
Infraestruturas Portuárias	34,8	-	391,2	8,8%
Estatísticas	-	-	45,0	1,0%
Luta contra Pobreza	43,4	144,7	91,1	2,0%
Pescas	14,9	-	-	0,0%
Saúde	63,1	570,0	376,1	8,5%
Tecnologia de Informação	279,6	437,8	540,3	12,1%
Turismo e Transporte	526,5	382,3	659,2	14,8%
TOTAL	7 785,3	10 049,0	4 448,3	100,0%

IV.2.2.3 - Desembolsos por Credor (em milhões CVE)

	3º Trimestre de 2019		3º Trimestre de 2020		3º Trimestre de 2021		Variação 2020-2021	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Credores Oficiais								
<i>Multilateral</i>	7061,5	90,7%	9524,8	94,8%	3986,7	89,6%	-5538,1	-58,1%
FAD	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
BM/IDA	6220,6	79,9%	5043,6	50,2%	3026,2	68,0%	-2017,4	-40,0%
BADEA	201,8	2,6%	102,9	1,0%	34,1	0,8%	-68,8	-66,9%
BAD	600,3	7,7%	3716,6	37,0%	833,6	18,7%	-2883,1	-77,6%
BM/IBRD	0,0	0,0%	503,8	5,0%	0,0	0,0%	-503,8	-100,0%
BEI	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
OPEC	0,0	0,0%	13,2	0,1%	1,8	0,0%	-11,4	-86,5%
FIDA	38,9	0,5%	144,7	1,4%	91,1	2,0%	-53,5	-37,0%
NDF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
NTF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
CEDEAO	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
<i>Bilateral</i>	723,7	9,3%	524,2	5,2%	398,8	9,0%	-125,4	-23,9%
China	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Kuwait	63,1	0,8%	109,7	1,1%	164,8	3,7%	55,2	50%
Portugal	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Saudi Fund	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Belgica	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
JICA	269,2	3,5%	36,6	0,4%	59,9	1,3%	23,4	64%
ICO (Espanha)	34,8	0,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
AFD	356,6	4,6%	338,1	3,4%	0,0	0,0%	-338,1	-100%
Austria	0,0	0,0%	39,8	0,4%	174,0	3,9%	134,2	337%
Credores Privados	0,0	0,0%	0,0	0,0%	62,8	1,4%	62,8	0,0%
<i>Comerciais</i>	0,0	0,0%	0,0	0,0%	62,8	1,4%	62,8	0,0%
Caixa Geral Déposito	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
KBC	0,0	0,0%	0,0	0,0%	62,8	1,4%	62,8	0,0%
BPI	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL	7 785,3	100,0%	10 049,0	100,0%	4 448,3	100,0%	-5 600,7	-55,7%

IV.2.2.4 - Serviço da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	3º Trimestre 2019			3º Trimestre 2020			3º Trimestre 2021		
	P	J/C	Total	P	J/C	Total	P	J/C	Total
Credores Oficiais									
<i>Multilateral</i>	2456,7	460,3	2917,0	2691,7	488,4	3180,0	2688,0	438,7	3126,8
BAD	674,3	31,8	706,1	783,6	35,5	819,1	921,5	22,8	944,3
BADEA	116,4	47,7	164,1	131,2	53,9	185,1	125,0	37,5	162,4
BEI	375,8	47,9	423,7	376,9	40,6	417,5	378,0	30,7	408,7
BM/IBRD	88,7	16,2	104,9	88,7	14,0	102,7	88,7	12,6	101,3
BM/IDA	622,8	161,0	783,9	689,8	183,7	873,5	661,4	207,9	869,3
CEDEAO/BIDC	111,3	48,7	160,0	116,6	52,8	169,4	78,0	32,0	110,0
FAD	258,2	64,0	322,2	281,5	66,3	347,8	226,1	59,3	285,4
FIDA	66,7	16,7	83,4	66,5	16,9	83,5	65,6	16,6	82,1
NDF	5,6	0,6	6,2	5,6	0,6	6,2	10,5	1,4	11,8
NTF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OPEC	136,9	25,8	162,6	151,2	24,0	175,2	133,5	17,9	151,4
<i>Bilateral</i>	891,6	268,5	1160,1	698,0	203,7	901,7	175,3	43,0	218,3
AFD	36,8	22,7	59,5	37	23	59,4	0,0	0,0	0,0
AUSTRIA	53,0	14,3	67,2	26	17	43,7	52,9	14,6	67,5
Belgica	0,0	0,0	0,0	16	2	18,2	0,0	0,0	0,0
CHINA	198,8	66,9	265,8	101	32	133,7	0,0	3,9	3,9
FUNDO KUWAIT	73,3	18,5	91,8	52	14	66,4	99,5	15,9	115,4
FUNDO SAUDITA	24,0	14,9	38,9	49	14	63,4	22,8	8,6	31,5
ICO	196,5	17,5	214,0	168	10	178,3	0,0	0,0	0,0
JICA	122,5	19,2	141,7	63	10	72,5	0,0	0,0	0,0
PORTUGAL	186,7	94,4	281,2	184	82	266,1	0,0	0,0	0,0
Credores Privados	0,0	856,2	856,2	0,0	701,9	701,9	24,8	218,2	243,0
<i>Comerciais</i>	0,0	856,2	856,2	0,0	701,9	701,9	24,8	218,2	243,0
BPI	0,0	155,6	155,6	0,0	156,1	156,1	0,0	155,6	155,6
KBC BANK	0,0	1,7	0,0	0,0	1,9	1,9	24,8	2,4	27,2
CGD	0,0	698,9	698,9	0,0	543,9	543,9	0,0	60,1	60,1
TOTAL	3 348,3	1 585,0	4 933,3	3 389,7	1 393,9	4 783,6	2 888,1	699,9	3 588,0

IV.2.2.5 - Fluxos e Transferências Líquidas da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	Desembolsos em 3º Trimestre de 2021	Pagamento de Principal em 3º Trimestre de 2021	Fluxos líquidos em 3º Trimestre de 2021	Juros e Comissões em 3º Trimestre de 2021	Transferências líquidas em 3º Trimestre de 2021
	(A)	(B)	(C=A-B)	(D)	E=(C-D)
Credores Oficiais					
<i>Multilateral</i>	3986,7	2688,0	1298,7	438,7	860,0
BAD	833,6	921,5	-87,9	22,8	-110,8
BADEA	34,1	125,0	-90,9	37,5	-128,4
BEI	0,0	378,0	-378,0	30,7	-408,7
BM/IBRD	0,0	88,7	-88,7	12,6	-101,3
BM/IDA	3026,2	661,4	2364,8	207,9	2156,9
CEDEAO	0,0	78,0	-78,0	32,0	-110,0
FAD	0,0	226,1	-226,1	59,3	-285,4
FIDA	91,1	65,6	25,6	16,6	9,0
NDF	0,0	10,5	-10,5	1,4	-11,8
OPEC	1,8	133,5	-131,7	17,9	-149,6
<i>Bilateral</i>	398,8	175,3	223,5	43,0	180,5
AFD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AUSTRIA	174,0	52,9	121,1	14,6	106,5
BÉLGICA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA	0,0	0,0	0,0	3,9	-3,9
FUNDO KUWAIT	164,8	99,5	65,3	15,9	49,4
FUNDO SAUDITA	0,0	22,8	-22,8	8,6	-31,5
ICO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
JICA	59,9	0,0	59,9	0,0	59,9
PORTUGAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Credores Privados	62,8	24,8	38,0	218,2	-180,1
<i>Comerciais</i>	62,8	24,8	38,0	218,2	-180,1
BPI	0,0	0,0	0,0	155,6	-155,6
KBC BANK	62,8	24,8	38,0	2,4	35,6
CGD	0,0	0,0	0,0	60,1	-60,1
TOTAL	4 448,3	2 888,1	1 560,2	699,9	860,3

IV.3 - DÍVIDA INTERNA

IV.3.1 - Stock

IV.3.1.1 - Perfil de Vencimento da Dívida Interna do Governo Central (em milhões CVE)

	3º Trimestre 2019		3º Trimestre 2020		3º Trimestre 2021		2019/2020		2020/2021	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Curto Prazo	1 192,7	1,8%	796,0	1,1%	3 830,3	4,6%	-396,7	-33,3%	3 034,3	381,2%
<=3 Meses	-	0,0%	-	0,0%	1 197,6	1,5%	-	-	1 197,6	-
>3 Meses <= 6 meses	796,7	1,2%	398,3	0,6%	996,2	1,2%	-398,3	-50,0%	597,9	150,1%
>6 Meses <= 9 meses	-	0,0%	397,7	0,6%	1 141,4	1,4%	397,7	-	743,8	187,0%
>9 Meses <= 12 meses	396,0	0,6%	-	0,0%	495,0	0,6%	-396,0	-100,0%	495,0	-
Médio-Longo Prazo	65 001,0	96,7%	67 985,7	97,5%	77 745,1	94,2%	2 984,7	4,6%	9 759,4	14,4%
> 1 ano <= 3 anos	1 972,7	2,9%	2 734,9	3,9%	3 278,3	4,0%	762,2	38,6%	543,4	19,9%
>3 anos <= 5 anos	4 379,2	6,5%	6 578,9	9,4%	9 536,7	11,6%	2 199,7	50,2%	2 957,8	45,0%
> 5 anos <= 8 anos	35 787,3	53,2%	36 190,2	51,9%	41 027,5	49,7%	402,8	1,1%	4 837,3	13,4%
>8 anos <= 10 anos	21 471,7	31,9%	21 371,7	30,6%	23 222,7	28,1%	-100,0	-0,5%	1 851,0	8,7%
>10 anos <= 15 anos	550,0	0,8%	550,0	0,8%	400,0	0,5%	-	0,0%	-150,0	-27,3%
>15 anos	840,0	1,2%	560,0	0,8%	280,0	0,3%	-280,0	-33,3%	-280,0	-50,0%
Outros	1 032,4	1,5%	978,0	1,4%	987,9	1,2%	-54,5	-5,3%	9,9	1,0%
Outros Créditos	1 032,4	1,5%	978,0	1,4%	987,9	1,2%	-54,5	-5,3%	9,9	1,0%
TOTAL	67 226,2	100,0%	69 759,7	100,0%	82 563,3	100,0%	2 533,6	3,8%	12 803,6	18,4%

IV.3.2 - Fluxos

IV.3.2.1 - Movimentos em valor facial da Dívida Interna do Governo Central por Categoria de Empréstimos e Tipo de Instituição (em milhões CVE)

SECTOR PÚBLICO	Saldo 31/12/2020 (1)	Emissão/ Desembolsos	Vencimentos/ Reembolsos	Saldo Total 30/09/2021 (4) = (1+2-3)
		30/09/2021		
		(2)	(3)	
Governo Central				
<i>Sector Bancário</i>	44 778,6	10 462,9	4 084,0	51 157,5
<i>Sector Não Bancário</i>	26 601,6	6 740,6	1 936,4	31 405,8
TOTAL	71 380,2	17 203,5	6 020,3	82 563,3

OBS: além dos Títulos do Tesouro, o montante global de Emissão da Dívida Interna (2), inclui os Protocolos e outros créditos.

IV.3.2.2 - Pagamentos Planeados do Serviço da Dívida Interna dos Títulos do Tesouro por grupo e tipo de instrumento (em milhões CVE)

TÍTULOS DE DÍVIDA	3º Trimestre 2019			3º Trimestre 2020			3º Trimestre 2021		
	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total
Bilhetes de Tesouro	2 885,1	14,9	2 900,0	796,0	4,0	800,0	1 244,2	5,8	1 250,0
30-dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
90-dias	399,0	1,0	400,0	-	-	-	299,3	0,7	300,0
120-dias	897,0	3,0	900,0	-	-	-	-	-	-
180-dias	1 193,0	7,0	1 200,0	398,3	1,7	400,0	597,0	3,0	600,0
210-dias	-	-	-	-	-	-	348,0	2,0	350,0
360-dias	396,0	4,0	400,0	397,7	2,3	400,0	-	-	-
Obrigações de Tesouro	3 109,2	2 182,4	5 291,6	4 714,8	2 240,0	6 954,7	4 776,1	2 289,2	7 065,3
2 anos	-	-	-	-	-	-	-	22,4	22,4
3 anos	-	43,5	43,5	-	60,2	60,2	1 096,1	67,1	1 163,2
4 anos	300,0	43,8	343,8	-	52,4	52,4	-	97,4	97,4
5 anos	13,7	92,7	106,4	397,6	90,4	488,0	495,5	86,9	582,4
6 anos	1 270,5	317,0	1 587,5	1 937,1	264,5	2 201,6	490,4	198,3	688,7
7 anos	-	351,1	351,1	530,1	405,5	935,5	744,1	417,7	1 161,8
8 anos	1 300,0	644,1	1 944,1	950,0	651,0	1 601,0	-	679,1	679,1
9 anos	-	471,3	471,3	300,0	493,2	793,2	1 300,0	525,5	1 825,5
10 anos	225,0	206,0	431,0	600,0	209,9	809,9	650,0	185,9	835,9
11 anos	-	-	-	0	0	-	-	-	-
12 anos	-	12,9	12,9	0,0	12,9	12,9	-	8,9	8,9
TOTAL	5 994,3	2 197,3	8 191,6	5 510,8	2 243,9	7 754,7	6 020,3	2 294,9	8 315,3

IV.3.3 - Stock de Garantias e Avais em Setembro de 2021 (em milhões CVE)

Beneficiários	Stock da Dívida	% Total
C. Municipal Porto Novo	63,2	0,3%
C. Municipal Santa Catarina	33,9	0,1%
C. Municipal São Vicente	188,4	0,8%
C. Municipal São Miguel	27,7	0,1%
C. Municipal T. São Nicolau	15,0	0,1%
C. Municipal Paul	72,5	0,3%
Electra	4 765,2	20,1%
Enapor	63,6	0,3%
IFH	1 248,0	5,3%
TACV	5 411,5	22,8%
Águas e Energia de Boa Vista	217,4	0,9%
Águas de Santiago	792,5	3,3%
NOSI	53,6	0,2%
ICV	169,6	0,7%
ELEVO	200,0	0,8%
CERMI	16,7	0,1%
SDTIBM	454,8	1,9%
NEWCO	3 783,6	15,9%
Decameron CV	8,3	0,0%
Tecnovia	86,9	0,4%
CV Telecom	2 279,3	9,6%
CV Inter-ilhas	517,8	2,2%
Outros	3 279,6	13,8%
TOTAL	23 749,0	100,0%

V - GLOSSÁRIO

Dívida Pública

O termo “dívida pública” é utilizado frequentemente para designar realidades diversas de endividamento, nomeadamente, a dívida do Governo Central ou a dívida de todo o setor público administrativo, resultantes apenas do recurso a empréstimos públicos ou englobando também outras situações passivas, como por exemplo os que resultam do deferimento de pagamento de operações sobre bens e serviços, da retenção de cobranças efetuadas por conta de terceiros, de bonificação de taxas de juros e de avals e garantias concedidos e vencidos, entre outras situações.

Dívida do Governo Central (GC) - são operações de crédito assumidas diretamente pela Administração Central, englobando passivos resultantes de outras situações da responsabilidade direta do Governo Central.

Dívida Pública Interna

São operações de crédito do Estado realizadas no país e em moeda nacional. Podem ser detidas por investidores com residência no território nacional ou no estrangeiro. De se notar que as transações de crédito devem ocorrer no território nacional.

Dívida Externa

São créditos contraídos em divisas, junto de credores com residência no exterior.

Classificação da Dívida externa por tipo de credor

Multilateral – quando o credor é uma instituição de crédito internacional ou regional. A título de exemplo, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento;

Bilateral – quando as transações de crédito ocorrem entre dois países ou instituições de créditos públicos. Por exemplo, empréstimos entre Portugal e Cabo Verde ou entre o Instituto de Crédito Oficial (ICO) de Espanha e a República Cabo Verde;

Comerciais – quando o credor é um banco comercial ou uma empresa privada.

Dívida Pública Externa

É a dívida externa do setor público.

Dívida externa do País

É a dívida externa do setor público acrescida da dívida externa do setor privado do país.

Dívida fundada

Instrumentos de Dívida de médio e longo prazos (maturidade superior a um ano). Por exemplo, Obrigações do Tesouro (OT); empréstimos contraídos com base em acordos/contratos (credor e devedor).

Dívida flutuante

Instrumentos de Dívida de curto prazo, com maturidades de até um ano, emitidos pelo Tesouro do Estado para cobrir as necessidades de tesouraria.

Serviço da Dívida

Pagamento de juros, comissões e capital para amortização da dívida.

Amortização - é o reembolso parcial ou total do capital em dívida;

Comissões - são custos cobrados pelos serviços de elaboração de contrato e de engagements assumidos pelo credor no âmbito do acordo de empréstimo.

Juros - é o custo da utilização do capital alheio, tipicamente expresso em percentagem. A taxa de juro pode ser fixa, o que significa que permanece constante durante a maturidade do empréstimo ou variável, quando flutua durante o período de amortização da dívida.

Período de carência - período em que o mutuário não faz o reembolso da dívida, pagando somente os juros ou em que pode capitalizá-los.

Desembolsos - A transferência real de recursos financeiros, ou de bens ou serviços feitos pelo mutuante ao mutuário em cumprimento de obrigações acordadas no âmbito da implementação de um projeto ou programa.

Tipos de desembolsos

Reembolsos - numa ação previamente concertada, o credor autoriza o mutuário a realizar certas despesas para depois fazer o reembolso do montante pago pelo mesmo;

Pagamento direto - mediante um pedido formal da parte do mutuário, o credor paga diretamente ao fornecedor por uma fatura de fornecimento de bens ou serviço devidamente certificada;

Conta especial - quando é aberta uma conta especial no Banco Central e o credor alimenta a mesma. O mutuário utiliza o montante e justifica a utilização da tranche anterior para poder aceder a outras tranches de desembolsos;

Garantia - nas operações em que se exige uma garantia bancária, no âmbito da implementação do projeto, objeto do contrato financiado com empréstimos externos, o credor assume esta despesa.

Capital/Stock da dívida

É o montante desembolsado pelo credor ao mutuário, no âmbito de um contrato de crédito, ainda não restituído/reembolsado;

Fórmula simples de calcular o Stock: Stock inicial + Desembolsos-pagamentos + residuais (dívida contingente vencida, atrasados, etc.) obs.: neste caso o stock é calculado na moeda de contratação.

Fluxo Líquido de um empréstimo

Desembolsos menos o pagamento de capital.

Atrasados

Serviço da dívida ou outras transações vencidas e não pagas.

Passivo Contingente

São obrigações que surgem de engagements diretos e/ou indiretos do Estado que poderão ocorrer ou não. Todavia, se se ocorrem, exige uma intervenção financeira imediata do Estado.

Passivo Contingente Explícito: são obrigações que decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado de uma forma direta, e que se elas forem acionadas, o Estado é chamado a honrá-las. Exemplo, avales concedidos às entidades públicas ou privadas;

Passivo Contingente Implícito: são obrigações que não decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado, mas que serão reconhecidas como tal, caso ocorrerem, exemplo: *default* contratual de uma entidade pública; ações de resgate e de recuperação de eventos de desastre; falência de alguma entidade Pública; custos provenientes de privatizações entre outros.

Alívio da Dívida

Diminuição do peso da dívida a país devedor através de reescalonamento ou por cancelamento parcial ou total do pagamento do serviço da dívida, mediante um acordo entre as partes envolvidas.

Reescalonamento da dívida

Renegociação do calendário de pagamento do serviço da dívida.

Sustentabilidade da dívida

O termo sustentabilidade da dívida é usado para designar a capacidade de um Estado de cobrir as suas responsabilidades contratuais, resultantes de acordo de empréstimo, sem pôr em causa a inteira estabilidade e a dinâmica da economia do país.

Análise de sustentabilidade

É um diagnóstico que se faz a um portfólio de dívida, num determinado período, para se concluir se esta é ou não sustentável. Mede o nível da dívida sobre o qual o país devedor é capaz de cumprir suas obrigações do serviço, presentes e futuros, sem recorrer a um alívio da dívida adicional ou reescalonamento da dívida ou acumulação de atrasos.

Títulos do Governo

Instrumentos Financeiros usados pelo Governo para obter fundos do mercado primário. Exemplo, bilhetes e obrigações do Tesouro.

Mercado Primário

O Mercado onde os investidores podem comprar primeiramente novos instrumentos financeiros emitidos.

Mercado Secundário

O Mercado onde os instrumentos financeiros são transacionados entre os detentores, e não diretamente com o emissor.



**Ministério
das Finanças**

Direção Geral do Tesouro

www.mf.gov.cv

email: dgt.caboverde@mf.gov.cv